Contas de Gerência e Relatório de Atividades 2022

Caros Associados

A atividade do ano de 2022, foi orientada para a implementação das medidas desenhadas no âmbito da estrutura orgânica adotada em 2021, com especial atenção na qualificação, na modernização da organização Institucional e na racionalização de custos, na expetativa de responder de forma eficiente, ao complexo equilíbrio da sustentabilidade.
Terminado o período mais complexo da pandemia, ficou o País exposto ao impacto de uma guerra, que muito condicionou todos os setores da economia Nacional.
Também o CASLAS sofreu esse impacto, o custo da energia e dos bens consumidos, comprometeram de forma significativa o resultado que agora se apresenta.
As medidas adotadas pelo Estado para mitigar este impacto no setor social solidário, ficaram muito aquém do necessário.
O ano de 2022, fica marcado pelo que pudemos fazer por nós num contexto muito desfavorável, é o que este relatório pretende demonstrar de forma simples e objetiva.

A todos os que no CASLAS trabalham, aos que voluntariamente a ele se dedicam e à comunidade a que pertencemos, muito Obrigado

A Direção

A família CASLAS em 2022 teve a seguinte composição;

Associados: 181

Voluntários: 11

Trabalhadores: 195

Utentes 823 / Formandos 37

Inf.juventude utentes	**Prot.crianças** utentes	**Def.incapaci.** Utentes/formandos	**Comunidade** Utentes/agr.fami/beneficiários
604	25	60+37	134+128+1172

Programa alimentar pessoas carenciadas 101 agregados familiares
Banco alimentar 16 agregados familiares
Cantina Social 11 agregados familiares
Rendimento social de inserção 362 beneficiários individuais
Contrato local de desenvolvimento social 810 beneficiários

Organização / estrutura orgânica

Sede / Serviços Centrais – Unidades de Gestão que garantem o funcionamento Institucional e o cumprimento das obrigações legais com as entidades oficiais.

Estruturas de atendimento – Garantem a missão da Instituição e a execução do plano de atividades aprovado em assembleia geral do CASLAS.

Unidades complementares de Apoio – Apoiam a Direção com suporte técnico e contribuem para o planeamento estratégico da Instituição

Estruturas de atendimento	**Sede / Serviços Centrais**	**Unidades complementares**
Infância e Juventude Proteção crianças e jovens Deficiência e incapacidade Comunidade	Contabilidade e orçamento Administração e tesouraria Recursos humanos Apoio e logística	Conselho técnico Serviço Social Psicologia Planeamento e projeto

Da atividade realizada destacamos em 2022;

---- **Sede / Serviços Centrais** ----

No sentido de adequar a gestão institucional às atuais exigências das entidades oficiais e alcançar níveis de eficiência no funcionamento global do CASLAS, nomeadamente na digitalização e simplificação de processos, procedeu-se à reorganização de serviços, à reafectação de recursos, à sua formação, alterou-se o horário de atendimento ao publico e agilizou-se a relação com as restantes unidades.

No âmbito específico dos recursos humanos destacamos:

O quadro de pessoal apresenta uma diminuição de 7 elementos em comparação com o ano de 2021, resultante de pedidos de rescisão dos próprios trabalhadores sem que se tenha procedido à sua substituição.
Um universo maioritariamente feminino, jovem (76% abaixo dos 50 anos), com um tempo de serviço no CASLAS maioritariamente abaixo dos 10 anos, distribuído por 19 categorias profissionais, maioritariamente enquadrados no salário mínimo nacional (65%) por esmagamento dos últimos 7 níveis da tabela salarial, 53 são licenciados (27%).

Distribuição atual dos trabalhadores:

Inf. juventude	Prot.crianças	Def. incapaci.	Comunidade	Serv.centrais	Manutenção
97	17	47	20	9	5

Avenças: 10
5 avenças fixas, com dois médicos, uma enfermeira, um gabinete de advogados e apoio informático, as restantes 3 são formadores externos em serviço na URP.

Avaliação de desempenho

Em Novembro de 2022, cada trabalhador teve a oportunidade de realizar a sua autoavaliação, definir objetivos individuais para 2023 e partilhar a sua reflexão sobre as questões sugeridas. Em Dezembro de 2022, foram recebidas as fichas de autoavaliação de 165 trabalhadores (85%) do Universo de 195, encontram-se em falta 30 trabalhadores (15%), por motivo de baixa ou por não ter sido distribuída no tempo pré-definido a ficha de autoavaliação.

Mobilidade Interna

Foi adotado um modelo de mobilidade interna de recursos humanos, que permite colmatar falhas com a partilha de recursos entre estruturas.

Formação

Foram promovidas ações de formação interna em diferentes domínios
Foram autorizadas formações externas
Foram concedidos estatutos de trabalhador-estudante
Foi desenvolvido um plano de formação interna para Auxiliares de Ação Educativa

Apoio à família

Foram concedidas na modalidade de jornada continua, as solicitações enquadradas na lei.

----**Estruturas de atendimento**----
Respostas Sociais

É na ação destas estruturas, que a missão do CASLAS se cumpre diariamente.
Em 2022, os planos de ação de todas as estruturas foram globalmente cumpridos de forma regular.

A ação das estruturas de atendimento, encontram-se detalhadamente apresentada nos respetivos relatórios de atividades, aprovados pela Direção.

Todas as respostas sociais desenvolvidas no CASLAS, tem por base acordos de cooperação, protocolos, ou programas específicos no âmbito da do Ministério da Segurança Social, do Ministério da Educação e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, existindo ainda uma colaboração próxima com os Ministérios da Saúde e da Justiça.

Infância e juventude **604 Crianças**

Centros infantis: São João / Stº Amaro / Praia da Luz / Chinicato / Bensafrim

- Iniciado processo de legalização dos equipamentos em falta, para o qual se contratou a prestação de serviço de uma solicitadora para o efeito.

- Adicionalmente aos lugares em cooperação foram recebidas crianças refugiadas da Ucrânia.

-Foi adotada a plataforma ChildDiary como ferramenta de comunicação com os pais.

-Foi estabelecido um Protocolo com a APPDA de forma a apoiar as crianças com necessidades educativas especiais e as equipas que com elas trabalham.

Creche - Frequentam esta resposta social, **213** crianças do escalão etário dos 4 meses aos 3 anos.

Jardim de Infância / pré-escolar - É uma resposta social integrada na Rede Nacional do Ensino Pré-Escolar. Funciona em duas componentes, letiva e de apoio à família, é frequentada em todos os equipamentos num total de **299** crianças, dos 3 aos 6 anos.

CATL – É uma resposta social direcionada ao apoio a crianças em idade escolar, com atividades direcionadas para o estudo e horas livres
É realizado o transporte em autocarro entre a Instituição e a escola, é servido almoço e lanche. Esta resposta social funciona apenas no Centro Infantil de Stº. Amaro, com **92** crianças.

Proteção Crianças e Jovens **25 Jovens**

Lar de Jovens é a resposta social que originou a existência da Instituição.
É uma resposta social difícil e complexa, que acolhe jovens de ambos os sexos, em situação de proteção decretada por tribunal.
Cabe à equipa do lar, ser a sua família no quotidiano da casa, na escola e nos tempos livres.
Com uma média de idades de 15 anos são acolhidos no lar 25jovens

Deficiência e incapacidade **97 Jovens / Adultos**

Lar Residencial – É uma resposta social vocacionada para o acolhimento de pessoas com deficiência, sem suporte familiar adequado, onde são prestados os cuidados necessários ao seu bem-estar e desenvolvimento das suas capacidades.
Beneficiaram deste acolhimento **32** jovens / adultos.

Apoio Ocupacional – É uma resposta social dedicada ao desenvolvimento de pessoas com deficiência e incapacidade, onde se trabalham competências e autonomias no sentido de promover a sua inclusão nos espaços comuns da sua comunidade.
Frequentaram esta unidade **28** Jovens

Formação Profissional – Na URP (Unidade de Reabilitação Profissional), financiado pelo IEFP, funciona o Programa de Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades.
Tem por objetivo, através dos cursos ministrados, criar condições de desenvolvimento global e de empregabilidade para os 37 jovens que os frequentaram.

Intervenção Comunitária

134 utentes, 128 agregados familiares e 1172 beneficiários

A intervenção comunitária do CASLAS é muito diversificada e chega a um número muito significativo de pessoas que apresentam carências muito distintas.
De matriz idêntica, mas com objetivos diferenciados, **as equipas dos Centros Comunitários Dar a Mão e Duna, do Centro Juvenil, do CLDS 4G e do RSI**, apoiam comunidades em bairros desfavorecidos, apoiam crianças em risco, garantem distribuição alimentar a quem precisa e contribuem para que o rendimento social de inserção chegue a muitos agregados familiares.
Contribuem decisivamente para o desenvolvimento das pessoas, das famílias e da comunidade.

Foi iniciado o processo de transição do RSI no âmbito da transferência de competências, com os Municípios de Lagos, de Aljezur e Monchique.

---- **Unidades complementares de apoio** ----

Criadas conceptualmente em 2021, na realidade ainda não iniciaram atividade.

Em 2022, foi mantida a participação institucional em diferentes organismos e parcerias.

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Algarve
Associação Vicentina
Conselho Municipal de Educação de Lagos
CG do Agrupamento de Escolas Júlio Dantas
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
Instituto de Apoio à Criança
Conselho Local de Ação Social
Equipa Local de Intervenção
Rede Social
EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza

A Direção

Presidente da Direção

José António Carreiro

Vice-Presidente

João António do Rio Rosa Bravo

Secretário

Dr. José Joaquim Pacheco dos Reis

Tesoureiro

Dr.ª. Ana Maria Martins Ventura

Vogal Efetivo

Maria Ascensão Marreiros B. Santos Rocha

ATAS

ATA n.º 101

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, na sede do Centro de Assistência Social Anino dos Santos, sito no Rossio de S. João, em Lagos, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Geral, em sessão ordinária, por segunda convocatória, com a presença dos associados inscritos no livro de presenças.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Dr. Jorge Macedo da Conceição Silva tomou a presidência, ladeado pelo Primeiro Secretário, Senhor Rui Miguel Imaginário e como não se encontrava presente a Segunda-Secretária, foi convidado um dos presentes para ocupar o lugar de Segundo Secretário, tendo a associada Sandra Maria Fernandes Chôco se prontificado.

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral perguntou se a Assembleia pretendia que fosse lida a acta da reunião anterior, ou dispensada, uma vez que já tinha sido aprovada em minuta. A Assembleia pronunciou-se a favor da dispensa da leitura.

Procedeu-se à leitura da convocatória cuja ordem de trabalhos era a seguinte:

Ponto único: Apresentação, Discussão e Aprovação da Conta de Gerência da Instituição, referente ao ano 2022, bem como o Relatório da Direção e o Parecer do Conselho Fiscal;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou a convocatória à aprovação. Tendo sido aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, agradeceu aos presentes associados a sua comparecência. Informou que reservava um período antes da ordem de trabalhos para que a Assembleia se pronunciasse com assuntos que se relacionassem com a vida da Instituição.

Como ninguém se pronunciou, entrou-se no ponto único da ordem de trabalhos, apresentar, discutir e aprovar a Conta de Gerência da Instituição, referente ao ano

de 2022, bem como o relatório da Direção e o parecer do Conselho Fiscal. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Direção.

O Senhor Presidente da Direção, José António Carreiro, apresentou o relatório de atividades de 2022, de seguida sugeriu ao Presidente da Mesa da Assembleia, que o mesmo fosse colocado à discussão antes da apresentação das contas do exercício.

A sugestão foi aceite, não havendo, no entanto, questões levantadas pelos associados presentes.

De seguida passou a apresentar detalhadamente as contas do exercício, respondendo às questões que iam sendo colocadas, realizada a apresentação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos sócios para que se pronunciassem sobre o mesmo.

Seguiu-se a apresentação do parecer favorável à aprovação dos dois documentos, emitido pelo Conselho Fiscal.

O Senhor Presidente da Mesa, após a apresentação e discussão do relatório e contas de 2022 e ainda do parecer do Conselho Fiscal, colocou à votação os documentos em analise, tendo estes sido aprovados por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa sugeriu que fosse feita a aprovação da ata em minuta, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a todos os associados a presença na Assembleia e em especial à associada Sandra Maria Fernandes Chôco que se prontificou a fazer parte da mesa.

E não havendo mais nada a tratar, foi a sessão encerrada e por ser verdade se lavrou a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser assinada.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ATAS

1.ª Secretário

Rui Miguel Mateus

2.ª Secretária

Sandra Catarina

ATA n.º 75

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e vinte e três, na sede do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos, sito em Rossio de São João, Lagos, NIPC 500877270, reuniu o Conselho Fiscal, pelas dezoito horas, com a presença de José Manuel Soares Rio, Presidente, João Augusto Lima Palma Moreira, vogal e Andreia Margarida Moreira Gomes, vogal, para efeito de apreciar e emitir parecer sobre as contas e o relatório de atividades do exercício de 2022. Foram apresentados os respetivos documentos, relatório de Gestão e Atividades, Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas, Fluxos de Caixa, anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, referente ao exercício de 2022.

Os documentos foram devidamente apreciados, estando elaborados de acordo com a legislação aplicável às IPSS, verificando-se um resultado positivo de 21.322,03€ (Vinte e um mil, trezentos e vinte e dois euros e três cêntimos) e um total de Balanço de 2.873.407,05 € (Dois milhões oitocentos e setenta e três mil, quatrocentos e sete euros e cinco cêntimos). Depois de devidamente analisados, foram o relatório e as contas aprovadas por unanimidade. Com base nesta análise é elaborado o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, que é o seguinte:

"RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 - Nos termos das disposições estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Direção do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos, o que faz referenda ao exercício de 2022.

2 - Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade, os trabalhos da Direção, tomando conhecimento atempado da evolução da Instituição, bem como da regularidade contabilística, elaborada dentro das normas respetivas.

3 - No encerramento do exercício de 2022, foram analisados os documentos de prestação de contas, nomeadamente, Relatório de Gestão e de Atividades, Demonstração de Resultados por natureza, Fluxos de Caixa, Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, verificando-se o resultado positivo de 21.322,03€

(Vinte e um mil, trezentos e vinte e dois euros e três cêntimos) e um total de Balanço de 2.873.407,05 € (Dois milhões oitocentos e setenta e três mil, quatrocentos e sete euros e cinco cêntimos).

4 – É com agrado que o Conselho Fiscal analisa no exercício de 2022, o fecho de contas com um resultado positivo.

5 – Deverá a Direção continuar com o rigor na despesa, de maneira a que os resultados futuros manifestem o equilíbrio financeiro.

6 - Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove as contas referente ao exercício de 2022, apresentadas pela Direção.

7 - Finalmente, o Conselho Fiscal refere a disponibilidade sempre demonstrada pela Direção, o empenho e competência demonstrada pelo Pessoal da Instituição na prossecução dos respetivos objetivos."

E não havendo mais assuntos a tratar foram os trabalhos encerrados e elaborada a presenta ata que vai ser assinada por todos os membros.

Presidente do Conselho Fiscal

Vogal

Vogal

Andreia Margarida Moreira Gomes

CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS **Contribuinte:** 500877270

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 **Moeda:** (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 052 945,06	2 137 647,17
Bens do património histórico e artístico e cultural		4 085,15	4 085,15
Ativos intangíveis		1 338,26	1 338,26
Investimentos financeiros		28 433,98	21 541,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		81 815,77	81 815,77
		2 168 618,22	2 246 428,31
Activo corrente			
Inventários		744,17	550,54
Créditos a receber		79 701,35	88 138,86
Estado e outros entes públicos		22 408,72	14 334,23
Caixa e depósitos bancários		226 884,83	270 515,79
Gastos a reconhecer		22 684,98	13 189,59
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores...		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		2 435,23	2 982,74
Outras contas a receber		349 929,55	300 464,86
		704 788,83	690 176,61
Total do ativo		2 873 407,05	2 936 604,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		416 234,11	416 234,11
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		214 375,53	214 375,53
Resultados transitados		-98 801,18	-64 621,70
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		819 087,30	858 605,98
		1 350 895,76	1 424 593,92
Resultado líquido do período		21 322,03	119 318,48
Total dos fundos patrimoniais		1 372 217,79	1 543 912,40
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		595 439,61	632 968,31
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		595 439,61	632 968,31
Passivo corrente			
Fornecedores		175 888,24	120 474,12
Diferimentos		128 544,99	1 132,90
Estado e outros entes públicos		135 776,87	152 996,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores...		0,00	0,00
Outras contas a pagar		423 733,37	441 164,63
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		34 049,31	42 725,66
Adiantamentos a clientes		7 756,87	1 230,33
		905 705,46	759 724,21
Total do passivo		1 501 145,07	1 392 692,52
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 873 407,05	2 936 604,92

A Direcção

O responsável

CENTRO DE ASSISTÊNCIA
LUCINDA ANINO DOS SANTOS
LAGOS

Processado por Computador

CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS **Contribuinte:** 500877270

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 **Moeda: EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	1	786.855,01	753.825,03
Subsídios, doações e legados à exploração		3.735.561,66	3.615.377,72
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		90.828,95	71.968,12
Fornecimentos e serviços externos		908.908,14	660.274,48
Gastos com o pessoal		3.430.341,04	3.452.698,97
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		9.177,28	7.899,05
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		63.894,67	63.457,23
Outros gastos		10.914,35	4.848,58
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**136.141,58**	**234.970,78**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		97.175,32	98.108,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**38.966,26**	**136.862,35**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		17.644,23	17.543,87
Resultados antes de impostos		**21.322,03**	**119.318,48**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**21.322,03**	**119.318,48**

A Direcção

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LUCINDA ANINO DOS SANTOS
LAGOS

O Responsável

CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		906 149,05	752 833,60
Pagamentos de subsídios		650,97	0,00
Pagamentos de apoios		5 522,17	34 897,16
Pagamentos de bolsas		145 387,56	23 261,47
Pagamentos a fornecedores		734 461,67	733 898,35
Pagamentos ao pessoal		2 300 305,49	2 371 737,95
Caixa gerada pelas operações		-2 280 178,81	-2 410 961,33
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-244 173,60	-240 978,53
Outros recebimentos/pagamentos		3 424 254,83	3 379 826,19
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		899 902,42	727 886,33
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		6 500,00	6 000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		6 500,00	6 000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		658 144,52	760 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		4 129,00	3 988,50
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		685 268,11	777 050,39
Juros e gastos similares		54 246,44	7 037,52
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-77 241,03	-20 099,41
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		829 161,39	713 786,92
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,01
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		270 515,79	383 562,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		226 884,83	270 515,79

A Direcção

LUCINDA ANINO DOS SANTOS

O Responsável

António Manuel Castanho Miranda Ribeiro
LICENCIADO EM ECONOMIA
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos" (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2.873.407,05 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.372.217,79 euros, incluindo um resultado líquido de 21.322,03 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ""Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos", em 31 de dezembro de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

António Manuel Castanho Miranda Ribeiro
LICENCIADO EM ECONOMIA
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Responsabilidades da Direção pelas demonstrações financeiras

A Direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividade nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

António Manuel Castanho Miranda Ribeiro
LICENCIADO EM ECONOMIA
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 8 de março de 2023

António Manuel Castanho Miranda Ribeiro

(Auditor registado na OROC sob o n.º 778 e na CMVM sob o n.º 20160411)